

ARTIGO

AS TRANSFORMAÇÕES DO PARTIDO DOS TRABALHADORES
E O GOVERNO LULA COMO ELEMENTOS DE
MANUTENÇÃO DA HEGEMONIA BURGUESA**

Resumo

O presente artigo discute as transformações ocorridas no projeto político do Partido dos Trabalhadores (PT), analisando seus determinantes e condicionantes históricos. Aborda também os vínculos entre o partido e os movimentos sociais, buscando identificar os motivos que levaram os grupos organizados da classe trabalhadora a aprovarem o governo Lula.

Palavras-chave

Partido dos Trabalhadores; movimentos sociais; governo Lula.

Abstract

This article discusses the changes in the political project of the Workers Party (PT), analyzing the determinants and historical conditions. It also discusses the links between the party and social movements, seeking to identify the reasons why the organized working class to adopt the Lula administration.

Keywords

Workers Party; social movements; the Lula government

* Bacharel e mestranda em Serviço Social / UFRJ.

** O presente artigo tem como base o trabalho de conclusão de curso em Serviço Social intitulado “O PT e os Movimentos Sociais: da autonomia à cooptação”, defendido em dezembro de 2010 na Universidade Federal Fluminense. Atualmente a autora dá continuidade à pesquisa no curso de Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Introdução

Pensar a respeito do Partido dos Trabalhadores (PT) e confrontar a sua formatação atual com suas propostas iniciais, da época de sua fundação em 1980, nos faz indagar o porquê de uma mudança tão brusca em um espaço de tempo historicamente curto. Para responder a esse questionamento, partimos do pressuposto teórico-metodológico de que a mudança de direcionamento de Lula e dos demais dirigentes petistas não pode ser considerada simplesmente como traição. Isso seria reduzir uma questão tão complexa a meros julgamentos morais. A compreensão de tal fato deve atentar para o movimento global das últimas décadas, que abrange, dentre outros elementos: o colapso do “socialismo real”, colocando fim a uma alternativa ao capitalismo, na visão da maior parte da população mundial; a precarização do mundo do trabalho, debilitando a organização da classe trabalhadora; a consolidação da hegemonia neoliberal durante os anos noventa, que disseminou a miséria e a ideia de que esta é a-histórica (LIMA, 2004).

E se o PT de hoje, analisando criticamente, não representa mais uma expressão da esquerda e não age como um impulsionador das lutas organizadas da classe trabalhadora, por que os movimentos sociais devotaram tanto apoio ao governo Lula? Também nesse caso, não podemos simplificar a questão a uma mera traição das lideranças. O contexto sócio-histórico no qual estamos inseridos é mais amplo, atingindo a consciência da classe trabalhadora por inúmeras determinações.

Para tentar elucidar esse universo de indagações, realizamos uma pesquisa bibliográfica, consultando tanto autores que dissertam especificamente sobre o PT, quanto aqueles que retratam o contexto no qual está inserida a sua trajetória, além de documentos oficiais do Partido. No que tange à segunda questão, recorreremos a textos recentes de pesquisadores que se voltam para a temática e realizamos entrevistas com integrantes de movimentos sociais.

Dessa forma, as reflexões contidas no texto buscam caminhos para a compreensão dos fatores que levaram não somente às transformações petistas, mas à grande popularidade do governo Lula, tanto entre os setores organizados da classe trabalhadora quanto na sociedade brasileira em geral. Ressaltamos, todavia, que os resultados contidos neste trabalho são ainda preliminares.

1- Apontamentos sobre as transformações do PT e sua relação com os movimentos sociais

Surgido no final da década de setenta,¹ o PT foi concebido no seio dos movimentos sociais que eclodiram naquele período, como o “novo sindicalismo” e os movimentos populares ligados aos setores progressistas da Igreja Católica, dentre outros. Estes transformaram em contestações as inúmeras insatisfações da classe trabalhadora brasileira em relação ao regime militar e às condições de vida e trabalho em que a mesma se encontrava. Nesse contexto, e aproveitando a abertura política proposta pelo regime, determinados segmentos desses movimentos – especialmente o “novo sindicalismo”, mas também muitos outros – perceberam a necessidade da criação de um partido construído pelos e para os trabalhadores, como expressa o seguinte trecho do Manifesto de fundação do PT:

Após prolongada e dura resistência democrática, a grande novidade conhecida pela sociedade brasileira é a mobilização dos trabalhadores para lutar por melhores condições de vida para a população das cidades e dos campos. (...) Mas, tendo de enfrentar um regime organizado para afastar o trabalhador do centro de decisão política, começou a tornar-se cada vez mais claro para os movimentos populares que as suas lutas imediatas e específicas não bastam para garantir a conquista dos direitos e dos interesses do povo trabalhador. Por isso, surgiu a proposta do Partido dos Trabalhadores. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1980)

De acordo com Garcia (2000), durante os anos oitenta, o partido apresentava um caráter altamente classista e vislumbrava a superação do capitalismo, reivindicando a construção do socialismo, ainda que sem se preocupar em dar muitas definições de como seria esse “socialismo”. Mesmo acreditando que a transformação social se daria a partir da via eleitoral, esta era, segundo o projeto majoritário do PT, um meio para colocar os instrumentos de poder a serviço da classe trabalhadora. O partido se propunha a representar os interesses das camadas subalternas contra a exploração capitalista e, além disso, organizar os diversos segmentos da classe trabalhadora em uma ação conjunta pela construção de uma alternativa societária. Assim sendo, preservou forte ligação com os movimentos sociais urbanos e rurais, defendendo de forma contundente, as demandas colocadas por estes e suas formas de luta. Isso levou a força da campanha de Lula nas eleições presidenciais de 1989 a assustar a burguesia e os setores mais conservadores da sociedade brasileira. No entanto, por uma diferença pequena de votos, o candidato petista foi derrotado por Collor de Mello.

1 A fundação oficial do Partido dos Trabalhadores (PT) aconteceu em 1980, mas o mesmo começou a ser pensado no ano anterior.

Em virtude das possibilidades de transformação social que vieram à tona, os anos oitenta poderiam ter o “apelido” de “década do sonho”, ao invés do tradicional “década perdida”. Isso se deve à atuação não só do PT, mas também de inúmeros movimentos sociais surgidos entre os anos setenta e oitenta, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em 1984, e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), criada em 1983. Esta última impulsionou milhares de greves com a participação de milhões de grevistas durante seus primeiros anos. Nesse momento, o PT demonstrava total incentivo à organização da classe e apoiava as lutas empreendidas pelos movimentos sociais, de maneira a estimular a autonomia destes. Todavia, nesta época o Brasil estava na contramão do que acontecia no resto do mundo.

Desde a década de setenta, os países centrais e parte da periferia do capitalismo já haviam sido assolados pela ofensiva empreendida pela burguesia, cujo intento era enfrentar a queda da taxa de lucros num contexto de crise do capital. As estratégias de superação da crise² provocaram efeitos devastadores à classe trabalhadora, como, por exemplo, o desemprego e a precarização do trabalho. Ocorria também o desmonte do “socialismo real”, que teve seu ápice em 1989, com a queda do Muro de Berlim. Somaram-se a isso a crise dos paradigmas e a adoção das ideias pós-modernas por significativa parcela dos intelectuais do campo da esquerda. Esse conjunto de determinantes levou à crise do movimento sindical e à flexibilização dos partidos de esquerda.

O Brasil foi atingido por esse quadro a partir de 1990. Entretanto, aqui as consequências tiveram uma dimensão ainda maior, em virtude da condição sócio-histórica do país. A CUT também se alinhou ao que acontecia em outras regiões do mundo, adotando o “sindicalismo de resultado” em detrimento do “sindicalismo de confronto” (ALVES, 2000). Sua corrente majoritária priorizou uma estrutura sindical mais cooperativa e participativa. Essa decisão condizia, naquele momento, com a estratégia capitalista de adequar o sindicalismo às suas necessidades de produtividade e geração de consenso, visando minar os setores combativos.

O PT, por sua vez, assim como diversos outros partidos de esquerda ao redor do mundo, sofreu um gradual processo de moderação, flexibilização e adaptação à ordem, tanto no plano das formulações político-programáticas quanto na sua relação com os movimentos sociais. Na prática, isso foi demonstrado a partir da constante revisão do programa político (IASI, 2006) e do afastamento das lutas sociais.

2 Referimo-nos, mais especificamente, à reestruturação produtiva (ver HARVEY, 1992) e ao neoliberalismo (ver ANDERSON, 1995).

Como sustenta Iasi (2006), o projeto de superação do capitalismo deixou de figurar nas resoluções do partido, o que demonstra que na nova concepção dos dirigentes petistas, o capitalismo é insuperável. No lugar disso, ganhou espaço a crítica ao neoliberalismo. Conforme Coelho (2005), o debate não era mais sobre o fim do capitalismo, mas sobre “qual” capitalismo.

De acordo com Pinheiro e outros (2011, p. 105), essa tendência de descaracterização dos partidos de esquerda é resultante da hegemonia neoliberal consolidada nos anos noventa, sobretudo devido ao fim da União Soviética e à consequente polarização política, militar e econômica nos Estados Unidos, formando um “mundo unipolar”. Assim, assiste-se a uma *americanização* dos partidos tradicionalmente de esquerda. No que tange particularmente ao PT, este também experimentou um processo de burocratização que, segundo Garcia (2000 e 2008), teve início em 1988, quando passou a governar um número maior de prefeituras, tendo gozado de grande crescimento eleitoral nos anos noventa. Isso o levou a se preocupar, prioritariamente, em ganhar eleições, perdendo de vista um projeto alternativo de sociedade. Nesse sentido, o partido foi atingido pela dialética das conquistas parciais, que, de acordo com Mandel (1980), consiste em colocar a defesa do que já foi conquistado à frente das lutas por novas vitórias, perdendo, dessa forma, o horizonte de utopia. Com isso, o PT se afastou do cotidiano das lutas da classe trabalhadora. Os vínculos com os movimentos sociais mantiveram-se, todavia, tornaram-se cada vez mais restritos ao plano institucional e formal.

Entretanto, como analisa Coelho (2005), mesmo estando seus dirigentes convencidos da impossibilidade de superação do capitalismo, o partido ainda se apresentava como uma alternativa à política desempenhada no Brasil, haja vista que era crítico ao neoliberalismo – introduzido por Collor e aprofundado por Fernando Henrique Cardoso (FHC) – e à corrupção observada em todas as esferas de poder. Consequentemente, a confiança depositada pelos movimentos nas administrações petistas locais, das quais muitas lideranças sociais faziam parte, os levou a diminuir o ritmo das lutas. Para o autor, ao abafar as contestações à ordem, o partido acabou por se revelar uma “esquerda para o capital”.

O PT crescia eleitoralmente, no entanto, Lula passou por mais duas candidaturas à presidência frustradas na década de noventa, já que ele foi derrotado por FHC em 1994 e 1998. Esse foi outro fator que levou os dirigentes petistas a flexibilizarem as formulações programáticas e a ampliar o arco de alianças partidárias. Primeiramente com a intenção de conquistar o eleitorado mais conservador, passando a também se preocupar em conquistar a confiança do capital, como pode ser claramente

constatado na campanha eleitoral de 2002.³ Temos aí uma contradição. Por um lado, as vitórias nas prefeituras e parlamentos levaram o partido a se burocratizar, e por outro, as derrotas de Lula levaram à moderação. Fato é que, ganhando ou perdendo, o caminho do partido teve uma única direção: a total subserviência aos interesses burgueses.

Em 2003, quando, finalmente, Lula chegou à presidência da república, depois de uma campanha pautada na crítica ao modelo neoliberal, seu governo nem ao menos modificou a política econômica do governo FHC. Ao contrário, deu continuidade às mesmas medidas que favorecem a concentração de renda e, apesar de afirmar a soberania nacional, manteve a subordinação do país aos organismos multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial, que representam os interesses da burguesia internacional.

Partilhamos da compreensão de Antunes (2005), que considera que, apesar de complexas, as razões que explicam a continuidade dada pelo PT ao neoliberalismo encontram-se, em grande parte, no contexto da década de noventa. O autor afirma ter sido a eleição de Lula uma vitória política tardia, pois quando isso aconteceu, nem o Brasil nem o PT eram mais os mesmos.

No entanto, essa eleição representou, em boa medida, uma forma de oposição popular às políticas implementadas por FHC. Lembramos que na virada do século XX para o XXI, a América Latina passava por um período de fortes questionamentos ao modelo neoliberal. Mobilizações populares foram capazes de derrubar presidentes em países como Equador, Argentina e Bolívia (SADER, 2009). O Brasil, por sua vez, vivenciava uma grave crise, levando muitos a acreditarem que aquele era um sinal de esgotamento desse ideário. Até então, o PT representava, neste país, o principal opositor do neoliberalismo. Foi em tal contexto que a campanha presidencial de Lula ganhou força em 2002.

Por um lado, essa campanha tentava passar para a população a certeza de que o governo petista seria diferente do antecessor, e mais comprometido com as camadas de baixa renda; e por outro, procurava dar garantias ao grande capital de que man-

3 Isso pode ser visualizado em alguns exemplos, a começar pela escolha do candidato a vice-presidente, José de Alencar, um dos maiores empresários do setor têxtil e membro de um partido que sempre foi favorável às políticas liberais, o Partido Liberal (PL). Outros exemplos são a busca pelo apoio de políticos conservadores, tais como Antônio Carlos Magalhães (ACM) e José Sarney; o lançamento da “Carta ao Povo Brasileiro”, cujo conteúdo garantia que todos os contratos do país seriam honrados e o superávit primário mantido por um governo do PT; e o fato de Lula ter aceitado, assim como os outros três principais candidatos à presidência – José Serra (PSDB), Ciro Gomes (PPS) e Anthony Garotinho (PSB) –, assinar um documento se comprometendo a, se eleito, cumprir o acordo que FHC havia assumido com o FMI.

teria os acordos do governo com o mesmo e não prejudicaria de nenhuma forma o empresariado. Vista desse prisma, a campanha representou para boa parte da população trabalhadora brasileira uma esperança de que as coisas poderiam mudar, e para a burguesia a certeza de que, independentemente de quem ganhasse as eleições, ela não seria abalada.

Em 2003, tornou-se presidente, pela primeira vez na história do país, um homem de origem operária, ex-líder sindical e principal ícone do maior partido constituído por trabalhadores da América Latina. Com Lula, pareciam ter chegado ao Palácio do Planalto as esperanças de uma parcela da classe trabalhadora que lutou por mais de vinte anos para ter seus interesses representados no cenário político. O governo Luís Inácio Lula da Silva, no entanto, deu continuidade à política econômica que tanto o novo presidente quanto seu partido criticaram enfaticamente ao longo dos dois mandatos de FHC e durante a campanha eleitoral de 2002.

Segundo Sabadini (2006, p. 3), a política econômica implementada por Lula deve-se à “dimensão da hegemonia neoliberal que ditou as diretrizes políticas em diversos países do mundo”. Assim, o Brasil não foi o único país no qual um partido de esquerda, tendo chegado ao governo, seguiu a onda conservadora de M. Thatcher e R. Reagan. Entretanto, devemos considerar que existem opções políticas, e a opção petista, que já vinha sendo desenvolvida desde os anos noventa, foi manter a ordem dominante.

O país continuou desempenhando seu papel de periferia do capitalismo, cada vez mais internacionalizado, tendo seguido as determinações dos organismos multilaterais em praticamente todos os aspectos, como por exemplo, no compromisso com o superávit primário e na elaboração de políticas assistenciais focalizadas e compensatórias. Mas o que explicaria o fato de Lula ter alcançado índices inéditos de popularidade e recebido o apoio da maior parcela dos movimentos sociais, tendo conseguido eleger sua sucessora, Dilma Rousseff? Tentaremos apontar alguns condicionantes e determinantes que permitem entender um pouco essa questão.

2- O fenômeno “lulismo” e os movimentos sociais no governo Lula

Como supracitado, Lula foi o primeiro presidente de origem operária da história do Brasil, e também o principal líder do maior partido da classe trabalhadora já fundado na América Latina. Quando chegou ao governo, foi considerado um representante do povo trabalhador no Palácio do Planalto. Os movimentos sociais, já fragilizados pela ofensiva burguesa da década de noventa, e já, em grande parte, apassivados pelas administrações municipais do PT (COELHO, 2005) e pela atuação

da CUT, no caso do sindicalismo, se identificaram com aquele governo. Acreditaram que havia chegado a hora de suas demandas serem atendidas. No entanto, já estava claro que não haveria nenhum enfrentamento com o capital por parte do governo, no sentido de tentar controlar ou inviabilizar os interesses burgueses.

Mas nesse momento, a classe trabalhadora já estava profundamente abalada em sua consciência. Devemos lembrar que todas as transformações ocorridas nos anos anteriores provocaram, em parcela significativa da classe, a perda do horizonte socialista, o que a levou a acreditar na falácia do “governo para todos”.⁴

Portanto, logo no início do governo Lula, a maioria dos movimentos sociais freou o ritmo das lutas, tanto em sinal de apoio quanto por esperar que suas demandas fossem ser atendidas, mas que para isso era preciso ter paciência. A título de ilustração, lembramos que em 2003, o MST, maior e mais combativo movimento social da América Latina, diminuiu o número de ocupações, sua principal forma de luta, por receio de suas lideranças de que isso viesse a causar problemas políticos para o novo governo. Tendo em vista que este já havia advertido que não iria aceitar “transgressões à lei”, a direção do movimento decidiu esperar que o governo realizasse a Reforma Agrária no momento que julgasse conveniente para sua “governabilidade”.

Como vimos, Lula deu continuidade às mesmas políticas econômicas de FHC, além de não ter cumprido suas principais promessas de campanha, como a Reforma Agrária. Mas, “o discurso do governo, que procura se apresentar como ‘de esquerda’ frente à direita (PSDB, governo FHC) e acentuar o risco de volta da ‘direita’, calou fundo em muitos movimentos” (LESBAUPIN, 2010, p. 5). De acordo com Coelho (2005), essa atitude é expressiva do sentimento de resignação – fruto do recuo do projeto socialista – que despreza as possibilidades de se criar no presente as condições para o futuro.

Não podemos ignorar, todavia, que no governo Lula houve mudanças nas condições de vida da classe trabalhadora. Embora essas correspondam apenas a pequenas melhorias, os segmentos mais empobrecidos sentiram que a vida estava melhorando devido ao aumento do salário mínimo e dos postos de trabalho, e às políticas assistenciais compensatórias.

Com efeito, não ocorreu nenhuma mudança estrutural, posto que permaneceu uma enorme concentração de renda e de poder nas mãos de poucos. Porém, ao que tudo indica, para os segmentos pauperizados houve diferença. Isso fez com que as parcelas populares que não se encontram inseridas nos movimentos organizados

4 Cabe ressaltar que, nesse momento, o ideário socialdemocrata já estava consolidado no projeto político do PT.

passassem também a considerar aquele o seu governo. Segundo Oliveira (2010), esse é um fenômeno que só encontra precedentes no *varguismo*. O chamado *lulismo* consiste na enorme identificação que as massas tiveram com a imagem de Lula. Este concluiu o seu segundo mandato com, aproximadamente, 80% de popularidade, um feito inédito na história do país.

O autor realizou uma análise no último ano do governo Lula, na qual afirmou:

(...) as massas de fato não têm nenhuma participação no seu governo, e ele as lança não contra seus inimigos, que não os tem, mas como base para sustentar a consolidação do capitalismo mais desavergonhado e mais explorador. (OLIVEIRA, 2010. p. 43)

No que tange aos movimentos sociais, seus integrantes também foram beneficiados individualmente pelas melhorias implementadas pela administração petista, mas a forma como o governo Lula se apresentou a estas organizações, mostrando-se aberto às negociações, interferiu de maneira mais decisiva, para a postura de pouca resistência. Lesbaupin (2010) afirma que este governo buscou passar aos movimentos sociais a aparência de um espaço de diálogo, que recebeu as lideranças para diversas conferências. No entanto, o autor pondera que entre participação em conferências e decisão política há muita diferença, e o governo cedeu somente no que julgou conveniente.

Uma liderança do Movimento Nacional de Luta por Moradia⁵ ratifica a tese de Lesbaupin, relatando que durante a gestão de Lula, as lideranças dos movimentos sociais foram chamadas a participar, intensamente, de diálogos em espaços institucionais. No entanto, nestes não houve discussão de questões estruturais. Para ela, foi feita uma “inclusão de meia-dúzia”, através da concessão de benefícios para poucos, pois nestes debates não há construção de políticas públicas. Ela avalia que “os movimentos que se propuseram a negociar amistosamente com o governo conseguiram ter alguma base”,⁶ ou seja, conquistaram pequenas reivindicações.

No entanto, a partir dessas negociações a militância tendeu a se acomodar, pois ao invés de enfrentar as estruturas opressoras, ficou a esperar benefícios do governo, acreditando que aquilo seria o máximo que podia ser feito no momento. Na visão da liderança mencionada, a maior parte dos militantes dos movimentos sociais foi “adestrada” pelo governo.

Temos, portanto um complexo conjunto de determinações que levaram à passividade da maior parte dos setores organizados da classe trabalhadora perante o governo Lula. Segundo Benjamin (in DEMIER, 2003) no início da gestão petista,

5 Em entrevista concedida à autora em 2010.

6 Idem.

além da postura assumida pela direção do MST, as cestas básicas distribuídas pelo programa Fome Zero explicavam o abrandamento do movimento. Posteriormente, arriscamos afirmar, o programa Bolsa Família passou a cumprir esse papel de neutralização dos conflitos no campo. Some-se a isso, a concessão de poucos assentamentos e de subsídios que se restringem à produção da soja e de produtos que servem ao programa de biocombustível – o que, aliás, torna as produções monoculturais e compromete a proposta de soberania alimentar defendida pelo MST (LESBAUPIN, 2009). Contudo, dois mandatos se passaram e a esperada Reforma Agrária não foi realizada. E o MST, nesse contexto, ficou dividido entre o apoio e a oposição ao governo. Uma parte da militância mostrou-se crítica à política agrária do PT, reconhecendo que o agronegócio é um empecilho à Reforma Agrária e à autonomia do campesinato.⁷

No entanto, mesmo essa parcela do MST manifestou, em sua maioria, apoio à candidata indicada pelo presidente Lula, no segundo turno das eleições presidenciais de 2010, o que também ocorreu na maior parte dos demais movimentos sociais. Certamente, a razão para tal fato é a prevenção a um eventual retorno dos partidos declaradamente “de direita” ao poder, levando a um retrocesso nas relações do governo com os movimentos sociais e ao retorno de medidas repressivas.

Diferentemente do governo FHC, que utilizava, especialmente, a coerção para conter os movimentos sociais, o governo Lula utilizou, predominantemente, a *cooptação*. Não que a repressão e a criminalização tenham sido extirpadas do cenário político-social,⁸ mas o governo redescobriu que a cooptação das lideranças dos movimentos sociais é uma prática muito mais eficaz, pois ao contrário da coerção, esta última é capaz de colocar os movimentos sociais a favor da ordem estabelecida, posto que a convicção de que as coisas estão caminhando ao encontro de seus interesses leva a crer que se a ordem for abalada será dado um passo atrás, pois seus anseios poderão não ser mais atendidos.

Não se trata, pois, de uma omissão dos movimentos sociais perante um aprofundamento do capitalismo estimulado pelo governo do PT. Tampouco, os traba-

7 A exemplo do documento intitulado “Plataforma política para a agricultura brasileira”, assinada pelo MST e por outras entidades ligadas aos trabalhadores do campo. O texto da plataforma afirma que “o atual modelo agrícola imposto ao Brasil pelas forças do capital e das grandes empresas é prejudicial aos interesses do povo. Ele transforma tudo em mercadoria: alimentos, bens da natureza (como água, terra, biodiversidade e sementes) e se organiza com o único objetivo de aumentar o lucro das grandes empresas, das corporações transnacionais e dos bancos”. Ver Revista Caros Amigos, n.50, 2010, p. 28.

8 Alguns exemplos de coerção podem ser constatados na ocasião da greve dos servidores públicos contra a Reforma da Previdência, em 2003, e na repressão às manifestações de estudantes universitários contra o REUNI, em 2007/2008.

lhadores ficaram em inércia. Estes acreditam que há mudanças, pois obtêm ganhos concretos, como, nos exemplos citados, subsídios financeiros para o MST, acesso a programas sociais, etc.

Há resistência entre os movimentos sociais, a exemplo do sindicalismo.⁹ No entanto, a maior parte do movimento sindical continuou vinculada à CUT, que durante o governo Lula cumpriu a função de ser uma “correia de transmissão” do governo no seio da classe trabalhadora (MATTOS in DEMIER, 2003, p. 92), o que permanece no governo Dilma. Isto é, o posicionamento das direções cutistas é de colaboração com o governo. Tendo surgido como uma crítica ao sindicalismo atrelado ao Estado, a CUT acabou por se tornar intimamente vinculada ao governo federal.¹⁰

Como vimos, houve resistência ao governo no interior do movimento social brasileiro, e houve, principalmente, aceitação. Mas esta última é resultante de um conjunto de determinações sociais. À ausência do horizonte socialista conjugam-se outras questões específicas do governo do PT: a melhoria das condições objetivas de vida das camadas mais pauperizadas da classe trabalhadora, que gera uma atmosfera de conformismo; e a cooptação das lideranças, que as leva a dificultarem manifestações de resistência empreendidas pelas bases dos movimentos. Estas lideranças, por sua vez, podem adotar tal postura por acreditar que o governo está trabalhando a seu favor, já que participam de diálogos em espaços institucionais e têm algumas demandas atendidas, e que as lutas podem atrapalhá-lo; ou para preservar interesses pessoais, ligados ao prestígio e a ganhos materiais. Há também a atitude de, mesmo percebendo contradições no governo, manter-se em inércia por julgar que a única opção existente é a volta da “direita” (PSDB/DEM) ao controle do Estado brasileiro, prevalecendo, assim, a lógica do “menos pior”. Por fim, existe um aspecto ainda mais subjetivo, que consiste nos laços históricos da classe trabalhadora com o PT.

Servindo ao capital com uma aparência de neutralidade, e com caráter pseudoprogressista, o governo Lula desempenhou o papel de mantenedor da ordem dominante. Sua principal tarefa, no entanto, não foi gerar meios para a acumulação, no sentido econômico restrito. Fez isso também, da mesma forma que os governos anteriores. Mas a gestão de Lula desempenhou um papel mais estratégico: contribuiu para diminuir a combatividade dos movimentos sociais, desorganizando-os e

9 A Central Sindical Popular Conlutas e a Intersindical são entidades que fazem oposição à CUT e ao governo federal.

10 Uma pesquisa publicada na Revista Época em 07 de maio de 2010 mostrou que muitos sindicalistas tiveram uma enorme participação na gestão de Lula, ocupando altos cargos nos ministérios, em bancos e empresas estatais, e em conselhos do governo que são responsáveis pelo destino de cifras que ultrapassaram R\$ 200 bilhões por ano.

desmobilizando-os. Até o momento, o governo Dilma sinaliza estar seguindo o mesmo caminho.

Segundo Lesbaupin, a gestão do PT:

[...] conseguiu, em boa parte, seu intento de colocar como limite máximo de utopia as mudanças dentro dos quadros do capitalismo. Muitos, nos movimentos, contentam-se com as pequenas conquistas obtidas. (LESBAUPIN, 2010, p. 1)

Sem dúvida, ainda há resistência, mas, “melhor do que qualquer outro líder de direita” (Idem, *ibidem*), nas palavras do autor, Lula conseguiu reduzir significativamente a força e a autonomia dos movimentos sociais. Nesse sentido, representou um enorme ganho para o capital, que encontrou nele um aliado para manter sua hegemonia. O partido que nasceu no despertar da consciência da classe trabalhadora brasileira, ao chegar ao governo federal, contribuiu para aprofundar a crise que esta já vinha enfrentando desde os anos noventa. Fez do fato de ter surgido no seio dos movimentos sociais um trunfo para cooptá-los e torná-los obedientes à ordem estabelecida.

Conclusões

Seguindo a máxima de Lampedusa – *é preciso que alguma coisa mude para que o fundamental se conserve* – o caráter pseudoprogressista da administração petista, que teria gerado distribuição de renda e maior poder de consumo, devido ao Programa Bolsa Família e ao aumento das taxas de emprego e do salário mínimo, desempenhou o papel de ampliar a hegemonia burguesa. As pequenas melhorias não possibilitaram a diminuição dos ganhos do capital em favor do pólo trabalho. Ao contrário, a partir do governo Lula, o primeiro conseguiu expandir seus lucros, o que aumentou a diferença da renda entre capital e trabalho. Isso se deve, sobretudo, à política econômica, que priorizou o pagamento da dívida pública, privilegiando apenas aos banqueiros e rentistas (LESBAUPIN, 2009).

E para tentar calar as contestações à ordem, o governo Lula usou como maior trunfo os vínculos históricos do PT com os movimentos sociais. Se valendo da confiança desses e os chamando a uma suposta participação, conseguiu, em grande medida, abafar as manifestações reivindicatórias. Foi capaz de apassar a combatividade do MST e de outros movimentos. A CUT, maior central sindical do país, que, por sua vez, também sofreu um processo de moderação e flexibilização, assumiu o papel de “correia de transmissão” do governo no movimento sindical.

Nesse sentido, a gestão de Lula foi muito mais eficaz ao capital do que seria um governo encabeçado por um partido tradicionalmente de direita. Isso nos leva

a afirmar, com base nos estudos de Coelho (2005) e nos conceitos de Gramsci, que o PT deixou de ser um intelectual orgânico da classe trabalhadora, passando a atuar como um intelectual da burguesia.

Como vimos, o mesmo foi concebido no seio dos movimentos sociais, que descobriram a necessidade de elevar os descontentamentos específicos à contestação de uma estrutura social. Nesse sentido, o PT desempenhava a função de intelectual orgânico da classe trabalhadora. No entanto, no seu interior destacaram-se os dirigentes das correntes majoritárias, que passaram por um processo de “transformismo de grupo”, fenômeno que, segundo Coelho, é uma expressão da hegemonia da classe dominante, que se ampliava em um período de ofensiva burguesa. Com isso, esses intelectuais passaram a não mais atuar no sentido de elevar a consciência de classe, mas ao contrário, tenderam a buscar meios de dissolver essa consciência, desorganizando e desmobilizando os movimentos sociais.

Com a falácia do “governo para todos”, sua função foi de dotar a classe trabalhadora da visão burguesa de mundo. Ao negar os antagonismos de classes, desempenhou o mesmo papel que os tradicionais partidos socialdemocratas, ao tornarem-se partidos “de toda a nação”: “a política volta a ser definida como a dimensão da relação ‘indivíduo-nação’ e não mais em termos de classe” (PRZEWORSKI *apud* IASI, 2006, p. 540).

O governo Lula foi, nesse sentido, fundamental para a manutenção da hegemonia burguesa, pois foi capaz não só de frear as lutas sociais, como também de conquistar a confiança de amplos setores desorganizados da classe trabalhadora. A capacidade de conciliar interesses inconciliáveis rendeu a esse governo, inclusive, destaque no cenário político internacional.

Lula conseguiu eleger sua sucessora, Dilma Rousseff, que desde o início do governo já alcançava os índices de aprovação mais altos da história do país para um primeiro ano de mandato. A “presidenta”, como gosta de ser chamada, segue os mesmos trilhos do antecessor, seja na política econômica, na política externa, nos programas sociais. Utiliza também a mesma tática em relação aos movimentos sociais. Muitas Conferências acontecem e continuarão a acontecer, segundo a agenda oficial. Nestes espaços as lideranças sociais são chamadas a participar e dialogar com o governo, expondo suas demandas. Se mudanças efetivas serão realizadas, só o tempo nos responderá. Mas ao que tudo indica, o contexto permanecerá sendo de cooptação e melhorias superficiais.

Recebido em julho, aprovado em agosto.

Referências Bibliográficas

- ALVES, G. Do “novo sindicalismo” à “concertação social”: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). *Revista de Sociologia Política*, nº 15. Curitiba, 2000. Disponível em www.scielo.br/pdf/rsocp/n15/a08n15.pdf Acesso em setembro de 2010.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E; GENTILI, P. (org). *Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDRADE, R. G. M. Um estudo em busca de vestígios do socialismo petista. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PPGSS/UFRJ, 2008. Disponível em www.ess.ufrj.br/index.php/.../doc.../78-rodrigo-gomes-martins-andrade Acesso em abril de 2010.
- ANTUNES, R. Governo Lula e a desertificação neoliberal no Brasil. S/I, 2005. Disponível em resistir.info/brasil/r_antunes_jan05.html Acesso em setembro de 2010.
- COELHO, E. Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Tese de doutorado. Niterói: PPGH/UFF, 2005.
- DEMIER, F. (coord.). *As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003.
- GARCIA, C. Partido dos Trabalhadores: rompendo com a lógica da diferença. Dissertação de mestrado. Niterói: PPGH/UFF, 2000.
- _____. Partido dos Trabalhadores: da ruptura com a lógica da diferença à sustentação da ordem. Tese de doutorado. Niterói: PPGH/UFF, 2008.
- GRABOIS, M. Notas sobre estratégia, tática e mudanças na política no PT. *Revista Acheegas* nº 34. 2007. Disponível em http://www.acheegas.net/numero/34/grabois_34.pdf
- Acesso em setembro de 2010.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. vol. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- IASI, M. L. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- LÊNIN, V. *Que fazer?* São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. O Estado e a Revolução. Disponível em www.marxists.org/lenin Acesso em novembro de 2010.
- LESBAUPIN, I. Uma análise do governo Lula 2003-2009: de como servir aos ricos sem deixar de atender aos pobres. 2009. Disponível em www.iserassessoria.org.br/novo/produtos/biblioteca.php Acesso em julho de 2010.
- _____. Movimentos sociais e o pós-Lula. Entrevista concedida à revista IHU On-line. 2010. Disponível em www.ecodebate.com.br/2010/04/22/movimentos-sociais-e-o-pos-lula-entrevista-especial-com-ivo-lesbaupin/ Acesso em setembro de 2010.
- LIMA, S. L. R. *Metamorfoses na luta por habitação: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- MANDEL, E. A burocracia no movimento operário. In: MANDEL, Ernest; ANDERSON, Perry. *A burocracia no movimento operário*. Cadernos Democracia Socialista, v.5. São Paulo: Aparte, 1980.

OLIVEIRA, F. O Brasil depois de Lula. Revista Versus, abril de 2010. pp.41-46. Disponível em www.versus.ufrj.br/vs_n4/vsn4_contraponto.html Acesso em junho de 2010.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores*. 1980. Disponível em www.pt.org.br Acesso em janeiro de 2010.

PINHEIRO, L. F. *et al.* A democracia na América Latina. Uma análise sobre as conquistas e os desafios às lutas sociais. In. PINHEIRO, L. F. (org). *Movimentos sociais, políticas sociais e questão social*. Elementos para uma análise da realidade no Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

SABADINI, M. S. A política econômica do governo Lula: reformismo e submissão ao capital financeiro. 2006. Disponível em <http://www.ucm.es/info/cc/jec10/ponencias/714Sabadini.pdf> Acesso em setembro de 2010.

SADER, E. *A nova toupeira*. Os caminhos da esquerda latino-americana. São Paulo: Boitempo, 2009.

THERBORN, G. *Depois da dialética: teoria social radical em um mundo pós-comunista*. Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas, nº 10. São Paulo: Boitempo, 2007.

